RELATÓRIO DO GOVERNO SOsocietário **2025**



PORTOS DA MADEIRA

Your Safe Port

I. SUMÁRIO EXECUTIVO ---- 1

II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS ---- 3

III ESTRUTURA DE CAPITAL: ---- 7

IV. PARTICIPAÇÃO SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS ---- 8

V. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES ---- 9

VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA ---- 42

VII REMUNERAÇÕES ---- 53

VIII TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS ---- 56

IX ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL ---- 56

X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO ---- 60

X.I ANEXOS DO RGS ---- 61

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

CAP. II DO RJSERAM - Práticas de bom governo		Sim	Não	N/A	Observação
Artigo 41.º	Apresentou plano de atividades e orçamento para 2025 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis.	X			Aprovado pelo conselho de administração a 19 de dezembro de 2025.
	Obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2025.		X		Ter em atenção a observação anterior.
Artigo 42.º	Divulgou informação sobre estrutura societária, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, planos de atividade e orçamento, anuais e plurianuais (incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento), documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remuneração e outros benefícios.	X			Com exceção dos relatórios trimestrais, a APRAM cumpre com estes requisitos.
Artigo 44.º	Elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2025.	X			Desde a sua aprovação, encontra-se publicitado no site da empresa. O Relatório reportado a 2025, está em elaboração.
Artigo 45.º	Adotou um código de conduta e divulgou o documento.	X			Desde a sua aprovação, encontra-se publicitado no site da empresa.
Artigo 46.º	Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada.		X		

CAP. II DO RJSERAM - Práticas de bom governo		Sim	Não	N/A	Observação
Artigo 47.º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental.	X			De contínuo acompanhamento e desenvolvimento ao longo dos anos.
Artigo 48.º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade.	X			De contínuo acompanhamento e desenvolvimento ao longo dos anos.
Artigo 49.º	Declarou independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.	x			De contínuo cumprimento ao longo dos anos.
Artigo 50.º	Declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção Regional de Finanças	-	-		Ver evidências nos anexos a este relatório, no respeitante à entrega da declaração à Inspeção Regional de Finanças
Artigo 51.º	Providenciou no sentido de que a UT tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica	-	-		Parcialmente cumprido
Artigo 52.º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSERAM (boas práticas de governação)	-	-		Em 2025, ainda não foi executado o relatório de fiscalização pelo órgão respetivo.

II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

1. Missão, Objetivos e Políticas:

O enquadramento jurídico da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de agosto. Em 2014, a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., integrou o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira, sob a forma de EPR – Empresa Pública Reclassificada.

Apresenta-se com a designação comercial de "**Portos da Madeira – Your Safe Port**" e tem por objeto social a administração e gestão dos portos, terminais e cais da Região Autónoma da Madeira, na sua área de jurisdição.

No âmbito das suas competências e atribuições, inclui o planeamento, o desenvolvimento, a construção, a conservação e a exploração económica/financeira.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira, em prol do desenvolvimento sócio económico da RAM.

Tendo presente o objeto social, as obrigações de serviço público e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.

Visão e Valores:

- Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
- Segurança - Garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;

- Atitude – Atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expetativas de todos os parceiros;
- Inovação – Encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a proatividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

2. As linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, consubstanciam-se no seguinte:

a) Os objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros, foram materializados na Estratégia do Governo e no Plano Integrado Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira, respeitante a linhas gerais e globalizantes para o setor marítimo-portuárias.

Passam por:

- Melhoria das acessibilidades externas, aéreas e marítimas, para passageiros e carga, de modo a promover a maior competitividade da Região;
- Melhoria das acessibilidades e da mobilidade de pessoas e bens entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo, com maior comodidade e menores custos;
- Afirmar o Porto Santo como destino para segmentos específicos de cruzeiros, ilha sustentável do ponto de vista ambiental e fortalecer as condições para o crescimento do turismo náutico;
- Melhoria da eficiência e a racionalidade da utilização e valorização das infraestruturas portuárias da Madeira e do Porto Santo.

Mais especificamente,

- Adotar medidas efetivas para controlar custos de transporte de mercadorias, no sentido de reduzir os custos de operação portuária com benefício dos madeirenses e porto-santenses;

- Reabilitar e melhorar a eficiência dos equipamentos portuários, de modo a dotar a Região de um serviço marítimo portuário competitivo;
- Otimizar a gestão das atividades da comunidade portuária e da eficácia e eficiência do desempenho das funções da autoridade portuária, designadamente na fiscalização das atividades marítimo portuárias, nos termos e limites definidos pela lei;
- Fomentar a promoção dos portos da RAM, apostando na captação de mais escalas, quer do mercado convencional, quer das novas tendências;
- Continuar e reforçar os programas de monitorização ambiental e de segurança marítima, dando igualmente continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector, amigos do ambiente e indo de encontro às premissas do desenvolvimento sustentável 2030;
- Concluir os procedimentos para ampliar o Molhe da Pontinha, tendo em vista aumentar a competitividade do Porto do Funchal no mercado de cruzeiros bem como promover uma maior proteção da frente mar da cidade do Funchal;
- Participar em redes regionais, inter-regionais, nacionais e internacionais, promovendo projetos de cooperação regionais e inter-regionais nos domínios da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, na área da mobilidade e transportes.

b) A empresa intentou cumprir com as estratégias e objetivos definidos, embora e dado ainda alguns constrangimentos alheios à vontade da administração, estes não tenham sido cumpridos integralmente.

Em termos de grandes projetos, o grau de cumprimento foi de 55,64%, correspondendo a uma execução de 7.302.747,91 €.

Destacamos, ainda, a seguinte informação reportada ao exercício de 2025:

- Envio à Secretaria Regional de Economia, de uma proposta de protocolo para a atribuição de uma indemnização compensatória, no sentido de garantir a sustentabilidade e continuidade da empresa e o cumprimento dos seus compromissos e obrigações respeitantes aos custos de exploração e de investimentos, resultantes das

obrigações específicas de serviço público, inerentes aos serviços de interesse geral prestados pela APRAM, S.A., cujo regime jurídico se encontra estabelecido no Decreto-lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2014/M, de 20 de agosto e previsto artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2025/M, de 2 de julho, que aprova o Orçamento para a Região Autónoma da Madeira para 2025.

- Desreconhecimento de dívidas a devedores da APRAM, S.A., originadas por prestação de serviços e/ou utilizadores de áreas dominais, por se terem demonstrado incobráveis ao longo dos anos, devidos, entre outros, falências e insolvências.
- Autorização para a celebração de um Acordo entre a APRAM, S.A. e a Cruise Lines Internacional Association (CLIA), tendo em vista regulamentar as obrigações de ambas as partes e os termos e condições da organização e realização da CLIA European Summit 2026.
- Criação de um Fórum Consultivo para a Sustentabilidade e Ambiente, com a finalidade de aconselhar a APRAM, S.A. em matéria de desenvolvimento sustentável e ambiental da atividade de cruzeiros na Região Autónima da Madeira.
- Aprovação de proposta de alterações do Regulamento de Exploração da APRAM, S.A., de forma a permitir, transitoriamente e pelo período máximo de um ano, a atracação de navios no cais norte do porto do Caniçal, até 141 metros de comprimento e no cais sul, até 23,2 metros de boca, a submeter à tutela.
- Adjudicação da Concessão de Exploração da Marina do Funchal e outorga do Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal, entre a APRAM e a Marina Baía do Funchal, S.A..
- Aprovação do Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração nomeado em Assembleia Geral de 29 de setembro, para o triénio de 2025/2027.
- Alteração do Organigrama da APRAM, S.A. e reconfiguração dos sistemas de informação de modo que os mesmos sejam adaptados à nova estrutura organizacional.

- Autorização da Subconcessão da Zona Comercial da Marina do Funchal à Sociedade "Herder & Rogério, Lda, nos termos e de acordo com o pedido apresentado pela sociedade "Marina da Baía do Funchal, S.A..
- Autorização do pedido formulado pela "Metal-Lobos Serralharia e Carpintaria, Lda." para exercer a atividade de amarração/desamarração aos navios "Laura S", "Atlântico", Theos" e Akhisar" no porto do Caniçal.

3. Os fatores críticos de sucesso para a realização da estratégia e objetivos definidos pelo acionista único, identificados, são:

- Mercado – a atividade de movimentação de passageiros provenientes de cruzeiros, encontra-se em concorrência em mercado aberto. As estratégias definidas pela Indústria Mundial de Cruzeiro são fatores determinantes do comportamento do mercado onde se insere este negócio da empresa.
- Economia mundial – o contexto socioeconómico mundial, se estável e equilibrado, é determinante para o cumprimento das estratégicas e objetivos definidos pela empresa.
- Condições sanitárias mundiais – A sustentabilidade e estabilidade sanitária do mundo, é um dos fatores críticos de sucesso.
- Desburocratização dos processos de contratação – Inquestionável fator crítico de sucesso para a realização da estratégia e objetivos definidos pelo acionista único.

4. O Relatório e Contas evidencia a atuação da empresa durante o exercício de 2025, no respeitante à conformidade e cumprimento com as orientações definidas pelo acionista único.

III ESTRUTURA DE CAPITAL:

1. Sendo a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., uma empresa pública de direito privado de capitais exclusivamente públicos, tem o

enquadramento jurídico do Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de agosto.

A APRAM está enquadrada no perímetro da administração pública desde 2012, por ser uma empresa pública reclassificada, ficando obrigada ao cumprimento da legislação orçamental e financeira. A efetivação desta reclassificação aconteceu a partir de 2014.

2. Nos termos do artigo 4.º, n.º 3 dos Estatutos da empresa, as ações representativas do capital pertencem exclusivamente à Região.
3. Não aplicável.

IV. PARTICIPAÇÃO SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

1. A APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. não possui quaisquer participações sociais noutras empresas, seja qual for a sua natureza.
   Nos termos do RJSERAM (alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º) e do Código das Sociedades Comerciais (artigo 447.º), não foi comunicada a esta sociedade, quer pelos membros do conselho de administração quer pelo órgão de fiscalização, quer pelas demais entidades especificadas na lei, a existência de quaisquer participações sociais noutras empresas, seja de que natureza forem.
2. A APRAM, S.A. é membro associado das seguintes associações e organizações:
   - PIANC – World Association for Waterborne Transport Infrastructure;
   - APP - Associação dos Portos de Portugal;
   - Medcruise - Association of Mediterranean Cruise Ports;
   - APMadeira - Associação de Promoção da Madeira;
3. Não aplicável.
4. Não aplicável.

V. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Modelo de Governo

Existe uma perfeita separação entre as funções dos diferentes Órgãos Sociais.

A empresa vincula-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração, sendo uma delas a da presidente ou de quem a substitua;
- Pela assinatura de um administrador, quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;
- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;
- Em assuntos de mero expediente, basta a assinatura de um membro do conselho de administração.

Órgãos Sociais da empresa:

- Assembleia Geral;
- Conselho de Administração;
- Fiscal Único.

B. Assembleia Geral

1. Composição da Assembleia Geral:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação Forma	Data
2023-2025	Presidente da Mesa	Célia Andreia Nóbrega Quintal	Nomeação em Assembleia Geral	21/12/2022
2023-2025	Vogal da Mesa	Patrícia Alexandra Fernandes Bairrada Amaro de Jesus	Nomeação em Assembleia Geral	21/12/2022
2023-2025	Secretário da Mesa	Miguel Ângelo Gonçalves de Faria	Nomeação em Assembleia Geral	21/12/2022

2. Não aplicável.

C. Conselho de Administração e Supervisão

De acordo com o artigo 10.º dos Estatutos da APRAM, temos:

1. O titular da função acionista, nomeia, direta ou indiretamente por delegação de poderes, em Assembleia Geral, os membros Conselho de Administração da empresa.

2. O Conselho de Administração tem um mínimo de 3 membros e um máximo de 5, sendo, nos termos do RJSERAM, um deles, obrigatoriamente não executivo, representante do Secretário Regional das Finanças, enquanto membro do Governo titular da função acionista. O mandato tem a duração de 3 anos.

3. Composição do Conselho de Administração do triénio 2025-2027:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma[a]	Data	Entidade pagadora	O/D[b]
2025-2027	Presidente	Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva	AG	29/09/2025	APRAM	D
2025-2027	Vogal Executiva	Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa	AG	29/09/2025	APRAM	D
2025-2027	Vogal Executivo	António Gil Fraga Gomes Ferreira	AG	29/09/2025	APRAM	D
2025-2027	Vogal Não Executivo	Rui Manuel Nóbrega Paixão	AG	29/09/2025	APRAM	D

4. A Presidente, Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva e os vogais executivos Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa e José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco, bem como o vogal não executivo, Ricardo José Gouveia Rodrigues, terminaram o mandato anterior no dia 29 de setembro de 2025.

[a] Resolução (R)/Assembleia Geral (AG)/Deliberação Unânime por Escrito (DUE)/Despacho (D)
[b] O/D– Origem/Destino

5. O vogal executivo António Gil Fraga Gomes Ferreira, que havia sido nomeado para o triénio de 2025/2027, faleceu no dia 29-03-2026 pelo que o atual conselho de administração está a exercer funções com menos um membro.

6. Os membros executivos e não executivos estão discriminados no quadro supra, sendo que os membros não executivos são considerados independentes.

7. Elementos Curriculares relevantes de cada membro do Conselho de Administração:

Presidente do Conselho de Administração:

- Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva

Formação Académica:

- Frequentou o Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Universidade Técnica de Lisboa, tendo concluído a licenciatura em Engenharia Agronómica em julho de 1993, com a classificação final de 14 valores;
- Realizou o Trabalho de Fim de Curso no Departamento de Viticultura daquele Instituto (1992-93), que concluiu com a classificação final de 19 valores;
- Frequentou o Curso de Pós-Graduação em Marketing, ministrado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em parceria com o Cine-Fórum, que concluiu em maio de 2005, com classificação final de 18 valores;
- Frequentou o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), no total de 50 horas, ministrado pelo INA, que concluiu em abril de 2007, com a classificação final de 16,2 valores;
- Possui Diploma da International Wine and Spirit Education Trust (WSET) - nível 1 e 2 (julho 2009);
- Frequentou o Curso Wine Marketing promovido pelo The American College of Marbella (abril de 2014).

Experiência Profissional:

- Iniciou a sua atividade profissional em dezembro de 1993, no Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), Lisboa, onde desempenhou funções de Técnico Superior na Divisão dos Cereais;
- Em janeiro de 1995 ingressou na Direção Regional de Agricultura da Região Autónoma da Madeira. No desempenho das suas funções coordenou o Núcleo de Ajudas Comunitárias, integrado na Direção de Serviços de Agroindústria e Comércio Agrícola (DSAICA);
- Em outubro de 2001 foi nomeada em regime de Comissão de Serviço para o cargo de Chefe de Divisão dos Matadouros na Direção de Serviços de Agroindústria e Comércio Agrícola;
- Em janeiro de 2004 foi nomeada em regime de Comissão de Serviços para o cargo de Chefe de Divisão do Controlo das Ajudas à Produção e ao Rendimento, na Direção de Serviços de Agroindústria e Comércio Agrícola;
- Nomeada em julho de 2005, para o cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Ajudas à Produção e ao Rendimento da Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR);
- Em julho de 2006, foi nomeada Vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado, e do Artesanato da Madeira, IP;
- Em agosto de 2009, foi nomeada Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP-RAM, cargo e função que desempenhou até 4 de janeiro de 2017;
- Em fevereiro de 2017, foi nomeada Técnica Especialista do Gabinete do Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura;
- Em 20 de outubro de 2017, foi nomeada Secretária Regional do Turismo e Cultura.
- No âmbito das suas funções representou o IVBAM, entre outras:

- Na Missão Empresarial que acompanhou o Comissário Europeu Dacian Ciolos ao Japão e à Coreia do Sul, organizada pela Comissão Europeia, e na qual integraram cerca de 25 representantes de produtos europeus com Indicações Geográficas (DO ou IG) dos sectores do vinho, bebidas espirituosas e agroalimentar;
- Em diversos eventos de promoção e divulgação do Vinho e do Bordado Madeira promovidos pelo IVBAM, quer no mercado nacional, quer em diferentes mercados internacionais;
- Como oradora, em palestras, seminários e masterclasses sobre Vinho Madeira que decorreram quer no mercado nacional, quer em diferentes mercados externos, na receção e acompanhamento de jornalistas, líderes de opinião e profissionais do setor vínico aquando da realização de visitas inversas à região Demarcada da Madeira;
- Na Comissão de Gestão da Marca "Wines of Portugal";
- No Conselho Coordenador do "Concurso Vinhos de Portugal", no âmbito do Protocolo de colaboração estabelecido entre o IVV, IVBAM, CNEMA, IVDP, Viniportugal e ANDOVI;
- Na Associação Nacional das Denominações de Origem (ANDOVI).

Outros:

Reconhecida "Personalidade do Ano no Vinho" no âmbito dos prémios "Os Melhores do Ano 2015", iniciativa promovida pela Revista especializada Wine que anualmente distingue personalidades e projetos na área.

Vogal Executivo do Conselho de Administração:

- Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa

Formação Académica:

– Em outubro de 1990, ingressou na Faculdade de Direito de Lisboa (FDUL), tendo terminado a sua licenciatura em julho de 1995.

- Em 2018, efetuou o "CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública", promovido pelo Instituto Nacional de Administração, I.P.
- Em 2023, fez uma pós-graduação em Direito Administrativo dos Bens, ministrada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Experiência Profissional:

- Iniciou estágio em advocacia em setembro de 1995, tendo-o concluído em fevereiro de 1998;
- Trabalha na Administração Pública Regional desde 1996, ano em que iniciou funções como Técnica Superior no Gabinete Jurídico do Centro Hospitalar do Funchal, atual Hospital Dr. Nélio Mendonça;
- A 11 de janeiro de 2001, passou a exercer o cargo de Conselheira Técnica para a área jurídica do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais da RAM, sendo a responsável pelo Gabinete Jurídico daquela entidade, lugar onde se manteve até 2 de setembro de 2004;
- De 4 de setembro de 2004 a 31 de outubro de 2008, exerceu o cargo de vogal do Conselho de Administração da sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos "Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/2004/M, de 24 de Agosto, concessionária do sistema de transferência, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos da RAM, em regime de serviço público e de exclusividade;
- Exerceu ainda as funções de vogal substituta da Presidente do Conselho de Administração nas suas ausências e impedimentos;
- De 2006 até ao primeiro trimestre de 2012, exerceu o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AVALER – Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos, que tem como associadas e membros fundadores a Valor Ambiente, S.A., a VALORSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), S.A. e a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto;

- De 1 de novembro de 2008 a 5 de maio de 2009, exerceu, por designação em assembleia-geral, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da "Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.";
- De 6 de maio de 2009 a 30 de setembro de 2009, por designação do novo Conselho de Administração da "Valor Ambiente, S.A.", passou a exercer funções de assessoria jurídica junto deste órgão;
- A 1 de outubro de 2009, foi nomeada Diretora de Recursos Humanos;
- A 1 de abril de 2011, transitou para a empresa IGSERV - Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., pertencente ao mesmo grupo empresarial da Valor Ambiente, S.A., passando a ocupar o cargo de Diretora de Capital Humano, onde se manteve até 14 de janeiro de 2012;
- De janeiro de 2012 até 4 de janeiro de 2017, exerceu o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP - RAM, (IVBAM);
- De 1 de fevereiro de 2017 até 19 de outubro de 2017, esteve nomeada no cargo de Técnica Especialista da Secretária Regional da Inclusão e dos Assuntos Sociais, primeiro para exercer funções de ligação do Gabinete com o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, nas áreas jurídica e de recursos humanos e posteriormente, para prestar assessoria especializada, dentro da sua área de competência, nos setores de atuação da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais;
- De 20 de outubro de 2017 até 14 de outubro de 2019, exerceu o cargo de Chefe de Gabinete da Secretária Regional do Turismo e Cultura.
- Exerce, desde 18 de outubro de 2019, o cargo de vogal executiva do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
- Exerce ainda as funções de vogal substituta da Presidente do Conselho de Administração nas suas ausências e impedimentos.

Vogal Executivo do Conselho de Administração:

- António Gil Fraga Gomes Ferreira

Formação Académica:

- Licenciatura em Engenharia Civil - Especialidade de Estruturas - pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, concluída em julho de 1990, com a média final de 14 valores.
- Inscrito na Ordem dos Engenheiros sob o n.º 24744 do colégio de engenharia civil.
- Grau de Especialista em Transportes e Vias de Comunicação pela Ordem dos Engenheiros desde o ano 2010.

Experiência Profissional:

- De 29 de setembro de 2025 até à presente data – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A..
- De 1 de agosto de 2016 a 31 de maio de 2025 – Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor Regional de Estradas da então Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus. Esta nomeação foi sucessivamente renovada, a 1 de agosto de 2019 e a 1 de agosto de 2022, Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas.
- Em 29 de abril de 2015 – Nomeado em regime de substituição no cargo de Diretor Regional de Estradas, da então Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus.
- Em 15 de fevereiro de 2013 – Nomeado em regime de substituição Subdiretor Regional de Estradas, da Vice-Presidência do Governo Regional.
- Em 10 de abril de 2007 – Integrado no quadro de pessoal da RAMEDM – Estradas da Madeira S.A., na sequência da extinção da Direção Regional de Estradas, desempenhando o cargo de Assessor Técnico do Conselho de Administração e Diretor de Concessões e Projetos.

- Em 28 de janeiro de 1997 – Nomeado em comissão de serviço, Chefe de Divisão de Projetos da Direção de Serviços de Obras, da Direção Regional de Estradas, Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente. Esta nomeação foi sucessivamente renovada em 28 de janeiro de 2000, em 5 de abril de 2003 e em 5 de abril de 2006.
- Em 1 de maio de 2006 – Provido a Assessor Principal, na área de Engenharia Civil, do quadro de pessoal da Direção Regional de Estradas, Secretaria Regional do Equipamento Social.
- Em 2 de maio de 2003 – Assessor, na área de Engenharia Civil, do quadro de pessoal da Direção Regional de Estradas, Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes.
- Em 23 de outubro de 1999 – Técnico Superior Principal, na área de Engenharia Civil, do quadro de pessoal da Direção Regional de Estradas, Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente.
- Em 21 de março de 1996 – Técnico Superior 1.ª Classe, na área de Engenharia Civil, do quadro de pessoal da Direção Regional de Estradas, Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente.
- Em 18 de janeiro de 1993 – Técnico Superior 2.ª Classe, na área de Engenharia Civil, do quadro de pessoal da Direção Regional de Estradas, Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente.
- Em 15 de novembro de 1991 – Técnico Superior 2.ª Classe - Estagiário, na área de Engenharia Civil, do quadro de pessoal da Direção Regional de Estradas, Secretaria Regional do Equipamento Social.
- Em 2 de novembro de 1990 – Ingressa na Direção Regional de Estradas como Técnico Superior 2.ª Classe, na área de Engenharia Civil, com Contrato a Termo Certo por um ano.

Formação Complementar:

- Ação de Formação em *Cibersegurança* para Dirigentes Superiores da Administração Pública Regional, promovida pela DRAP, março de 2025.

- Curso Intensivo de Segurança e Defesa - Madeira, realizado pelo Instituto de Defesa Nacional, que decorreu entre 16 de novembro de 2018 e 12 de abril de 2019, com a duração de 37 horas.
- "Curso Avançado de Gestão Pública - CAGEP", realizado pelo INA, que decorreu de 17 de abril a 11 de julho de 2018, com a duração de 75 horas.
- Seminário sobre o Código dos Contratos Públicos com a duração de 12h30, organizado pela Vice-Presidência do Governo Regional - Direção Regional da Administração Pública e Local, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2010.
- Acão de Formação promovida pela SRES sobre a "Execução de Empreitadas de Obras Públicas – Código dos Contratos Públicos" – a cargo do Dr. Miguel Sarmento e Prof. Miguel Catela, nos dias 19 e 20 de março de 2009, com a duração de 15 horas.
- Acão de Formação promovida pela SRES sobre o "Novo Regime da Contratação Pública (CPP)" – a cargo da Sérvulo Correia e Associados, nos dias 20 e 21 de junho, 4 e 5 julho de 2008, com a duração de 30 horas.
- Curso FORGEP – Programa de formação em Gestão Pública, realizado pelo INA, que decorreu de 11 de outubro de 2006 a 26 de fevereiro de 2007, com a duração de 120 horas.
- Curso "Estruturas de Suporte de Terras", promovido pela Ordem dos Engenheiros que decorreu entre 11 e 12 de outubro de 2002, com a duração de 12 horas.
- Curso "Projecto de Lajes Fungiformes", promovido pela Ordem dos Engenheiros que decorreu entre 7 e 8 de julho de 2002, com a duração de 12 horas.
- Curso "Nova Regulamentação para Projecto de Estruturas de Betão", promovido pela Ordem dos Engenheiros que decorreu entre 3 e 4 de maio de 2002, com a duração de 12 horas.
- Curso "Patologia e Reabilitação de Edifícios", promovido pela Ordem dos Engenheiros que decorreu entre 25 e 26 de outubro de 2002, com a duração de 12 horas.
- Curso "Reforço e Reabilitação de Estruturas", promovido pela Ordem dos Engenheiros que decorreu entre 5 e 6 de abril de 2002, com a duração de 12 horas.
- 1.º Congresso Rodoviário Português entre 28 e 30 de novembro de 2000.

- Curso "Metodologias para a Conceção do Sistema de Informação das Organizações", que decorreu entre 14 a 18 de janeiro de 1991.

Colóquios | Apresentações | Conferências

- Participação no 16.º Congresso Mundial da *Inter-national Road Federation* 2010 que decorreu em Lisboa entre 25 e 29 de maio de 2010, com o tema "A estrada e os utentes, o papel da estrada no comércio e na vida, a estrada e os seus impactes na sociedade".
- Pesquisa, conceção e elaboração da apresentação designada "Infraestruturas de Transportes – Vias de Comunicação – Evolução da RAM". Apresentação efetuada em representação da RAMEDM, S.A., no âmbito do "Curso de Especialização de Transportes e Vias de Comunicação" promovido pela Ordem dos Engenheiros, em 23 maio de 2008.

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração:

- Rui Manuel Nóbrega da Paixão

Formação Académica:

- 1994 - Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, com a classificação final de 13 valores.
- 2007 – Curso FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública, ministrado pelo INA – Instituto Nacional de Administração, com a classificação final de 15,6 valores.

Experiência profissional:

- 1982 a 1993 – Desempenhou funções em diversos departamentos técnicos no Município do Funchal, na Carreira Técnico Profissional.
- 1994 a 2000 – Funções desempenhadas no Departamento Económico e Financeiro do Município do Funchal, na carreira técnica superior como adjunto da Direção Financeira e na supervisão e coordenação dos Serviços da Secção de Receitas.

- 1999 (abril) - Nomeado Chefe de Divisão de Planeamento Financeiro da Câmara Municipal do Funchal.
- 2001 (janeiro) - Destacado, em comissão de serviço para a Direção de Serviços de Finanças Locais para exercer funções de Chefe de Divisão de Acompanhamento das Finanças Locais da Direção Regional de Planeamento e Finanças.
- Designado, representante efetivo da Região Autónoma da Madeira no Subgrupo de Apoio Técnico na Implementação do POCAL criado pelo Despacho n.º 4389/SEALOT/99.
- 2004 (maio) - Transferido para o quadro de pessoal da Direção Regional de Planeamento e Finanças em 1 de maio, e renovada a comissão de serviço como Chefe de Divisão de Estudos e Análise Financeira Autárquica.
- 2005 (agosto) a 2026 – Integrou(a) o Conselho de Coordenação da Avaliação da então Direção Regional de Planeamento e Finanças e da Direção Regional do Orçamento e Tesouro.
- 2006 - Co-autor das publicações "Manual de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL – Regime Simplificado" e "Manual de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL – Regime Completo", editadas pelo CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica.
- 2007 (janeiro) - Nomeado no cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Finanças Autárquicas da Direção Regional de Planeamento e Finanças, até 9 de abril de 2008.
- 2008 (abril) - Nomeado no cargo de Chefe de Divisão de Autarquias Locais.
- 2016 (janeiro) a 2017 (dezembro) - Nomeado representante da Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública na Comissão Regional para os Assuntos Europeus e da Coordenação Externa.
- 2016 (fevereiro) - Nomeado no cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Autarquias Locais e Assuntos Externos, na Direção Regional do Orçamento e Tesouro.
- 2016 (junho) a 2025 (fevereiro) - Nomeado representante da Direção Regional do Orçamento e Tesouro no Comité de Acompanhamento do PRODERAM 2020 e

emissão de pareceres às consultas escritas no âmbito das Unidades de Gestão do PRODERAM 2020 e PEPAC – Plano Estratégico da Política Agrícola Comum.

- 2016 (fevereiro) a 2026 – Participação em reuniões e emissão de pareceres de Consultas Escritas na Unidade da Unidade de Gestão do Programa Madeira 14-20, no Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM.
- 2019 (junho) - Renovação da Comissão de Serviço, no cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Autarquias Locais e Assuntos Externos, com efeitos a partir de 1 de julho de 2019.
- 2020 (janeiro) - Designado para o Grupo de Trabalho criado pela Resolução n.º 19/2020, de 24 de janeiro, publicada no JORAM, Série I, n.º 17, de 28 de janeiro, com vista à adaptação, à Região Autónoma da Madeira, das Leis n.^{os} 50/2018 e 51/2018, de 16 de agosto, avaliando as transferências das competências para as Autarquias Locais da Região.
- 2025 – Desde julho de 2022, exercendo as funções inerentes à Comissão de Serviço, no cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Autarquias Locais e Coordenação da DROT.
- Vogal do Conselho de Administração (Membro Não Executivo) desde 29/9/2025, na qualidade de representante do membro do Governo Regional responsável pela área das finanças.

Participações em comissões e/ou grupos de trabalho:

- Integrou o júri de concursos para admissão e provimentos de técnicos superiores e profissionais administrativos do Quadro de Pessoal das Direções Regionais de Planeamento e Finanças e Orçamento e Tesouro e orientou Estágios Profissionais e foi membro da Comissão de Abertura de Propostas de Concursos Públicos de Fornecimento de Bens e Serviços do Município do Funchal.
- Coordenou e colaborou de 1996 a 2000 na elaboração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município do Funchal e integra o grupo de trabalho SATAPOCAL, coordenado pela DGAL, criado para o apoio técnico na implementação do novo sistema contabilístico das Autarquias Locais;

- Participou na elaboração e emitiu diversos pareceres a projetos de lei e outros diplomas, no âmbito da Lei das Finanças Locais e contabilidade das Autarquias Locais e das suas funções e integrou o grupo de trabalho constituído para a elaboração do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2005/M, de 1/06, e suas alterações.
- Proferiu a conferência denominada "Autarquias Locais" integrada no projeto "A falar é que a Gente se Entende", realizado na Câmara Municipal do Funchal em 2004.
- Participou como orador convidado no I e II Encontros dos Autarcas de Freguesia da RAM realizado pela ANAFRE em 2004, 2006, 2011 e 2023.
- Foi orador convidado no seminário da ATAM, realizado no Município do Funchal em 18 de julho de 2007, tendo apresentado o tema "O Novo Regime das Finanças Locais"
- Proferiu quatro conferências em alguns Concelhos da Região Autónoma da Madeira, sobre a "Lei das Finanças Locais", em 2007 e 2008.
- Participou como dinamizador convidado, nas VII Jornadas Autárquicas das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia e Cabo Verde, realizadas entre 17 a 19 de março de 2008.
- Em 2021, integrou o Conselho de Coordenação da Avaliação da Direção Regional de Orçamento e Tesouro criado nos termos do Art.º 54.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, na sua redação atual.
- Designado para o Grupo de Trabalho criado pela Resolução n.º 19/2020, de 24 de janeiro, com vista à adaptação, à RAM, das Leis n.^{os} 50/2018 e 51/2018, de 16 de agosto, para as Autarquias Locais da Região.

Formação complementar

- "FINGEST (Programa Internacional de Finanças e Controlo de Gestão) pela AGESFAL".
- "Técnico de Contabilidade".
- "Contencioso Fiscal Autárquico - Execuções Fiscais".
- "Finanças Locais e Contabilidade".
- "Organização e Métodos de Simplificação Administrativa".
- "Gestão Orçamental Pública e Auditoria".
- "O Financiamento das Autarquias Locais".

- "O Novo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais".
- "O POCAL – 5 Módulos".
- "Qualidade em Serviços Públicos".
- "Técnicas e ferramentas da qualidade".
- "Liderança e Coaching".
- "Lei das Finanças Locais".
- "CCP – As alterações a promover no regime da contratação pública (Troika e Plano do Governo)".
- "A Fiscalização do Tribunal de Contas no âmbito do Código dos Contratos Públicos".
- "CCP I – O Procedimento por Ajuste Direto – Questões Práticas; II – As empreitadas de Obras Públicas – Fiscalização, Responsabilidades na Elaboração do Projeto, Execução do Contrato".
- "Novo regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – Lei N.º 73/2013, de 3 de setembro".
- "Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais – Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro".
- "SNC – Sistemas de Normalização contabilística - AP".
- "Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais – responsabilidade Civil".
- "Sistemas de Normalização Contabilística - AP".
- "Estratégia, Inovação e Valor no serviço Público".
- "Modernização Administrativa, Modernização de Processos na Gestão da Qualidade".
- "Liderança e Gestão de Equipas".
- "Preparação Técnica e Redação de Leis e Regulamentos".
- "QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização (SIADAP 1) e Controlo Interno".
- "GeRFiP – Contabilidade Geral, Contas a Pagar, Imobilizado e *Business Analytics*".

<u>Participação Seminários/Conferência</u>

- "Fundo de Apoio Municipal no Quadro dos Instrumentos de Reequilíbrio Financeiro dos Municípios".

- "O Controlo Interno e Externo na Administração Local Autárquica".
- "Regiões do Futuro 2015 – Sustentabilidade Inteligente e Desenvolvimento Económico" no âmbito do projeto VENCIDAD – Rede Euroafricana de Municípios.
- A Alteração ao Direito das Sociedade; A Responsabilidade dos Titulares dos Órgãos Sociais; A Responsabilidade Estatutária, Civil e Penal dos TOC'S; Como Pode um TOC Participar na Redação do Relatório de Gestão e Domínio das Técnicas Fiscais Prévias ao Fecho de Contas.
- Análise das principais alterações fiscais previstas nos Orçamento do Estado.

Atividade complementar e associativa

- Exerceu como docente convidado 1.219 horas, em regime pós-laboral no ensino técnico e profissional na área de contabilidade e finanças autárquicas.
- Integrou o júri de avaliações nas defesas públicas das PAP - Provas de Aptidão Profissional, na área de contabilidade e gestão, de alunos do ensino técnico e profissional.
- Frequentou outras ações de formação, conferências e seminários na área das Autarquias Locais, e no âmbito da atividade profissional de fiscalidade e competências da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Contabilistas Certificados.
- Realizou trabalhos na área da conceção e análise de projetos de viabilidade económica e na realização de estudos de mercados.
- De 1999 a 2002 - tesoureiro da AAPE - Associação dos Amigos do Parque Ecológico.
- Membro da Ordem dos Economistas desde 2008 e membro da OCC desde 1994 - OCC - Ordem dos Contabilistas Certificados.
- De 2004 a 2013 foi Vice-presidente da Assembleia Geral, de 2014 a 2017 foi presidente da Direção e de 2018 a 2025, presidente do conselho fiscal da Filarmónica Banda Municipal do Funchal – Artistas Funchalenses.

Vogal Executivo do Conselho de Administração:

- José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco

Formação Académica:

- Engenheiro Civil, perfil de Hidráulica pelo Instituto Superior Técnico em 1990.
- Frequência do curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa em 1992.
- Perito Avaliador de Imóveis, CMVM – PAI/2014/0098.

Experiência Profissional:

- De 1 de janeiro de 2024 até 29 de setembro de 2025, Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.:
  - Sendo o único engenheiro a integrar este órgão colegial de direção superior, possuiu competências delegadas para a gestão do Departamento de Planeamento e Investimentos, com responsabilidade nos novos investimentos/obras, na reabilitação e conservação das infraestruturas detidas pela empresa dentro das suas áreas de jurisdição dominial, com especial ênfase nos Portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo. Exerceu ainda a tutela do Departamento Financeiro da empresa.
- 2022/2023 - Técnico Superior no Gabinete da Secretária Regional do Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas:
  - Integrado na equipa pluridisciplinar responsável pela elaboração da Candidatura das Levadas da Madeira a Património Mundial Cultural da Humanidade sob a égide da UNESCO. Destaca-se a elaboração do Plano de Gestão das Levadas Candidatas e o contributo, enquanto engenheiro no formulário da candidatura.
- 2017/2022 - Vogal do Conselho Diretivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM:
  - Coordenação das áreas da engenharia do SRPS, IP-RAM, designadamente enquanto autoridade regional responsável pela aplicação do Regulamento de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, Ordenamento do Território e, Gestão

e Avaliação de Riscos. Coordenação das áreas financeira, jurídica e administrativa com destaque para a contratação pública e a gestão de projetos cofinanciados.

- 2015/2016 - Coordenador do Departamento de Planeamento e Gestão de Fundos comunitários na empresa ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.:
  - Responsável pela elaboração e acompanhamento de diversos projetos da empresa candidatos a fundos comunitários com maior destaque para aqueles financiados através do PO SEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.
- 2005/2015 - Chefe de Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais:
  - Responsável pela gestão corrente do Gabinete do Secretário Regional, incluindo os serviços partilhados com os organismos na sua tutela: financeiros, jurídicos, recursos humanos, arquivo e expediente geral. A Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais tinha a tutela das Direções Regionais de Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pescas, Florestas, do Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira, IP-RAM e da empresa Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
- 2000/2005 - Adjunto do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Governo Regional da Madeira:
  - Coordenação de diversos projetos transversais aos diferentes organismos tutelados em matérias diretamente relacionados com a engenharia numa Secretaria Regional com a tutela do Ambiente, Agricultura, Pescas, Pecuária, Florestas, Saneamento Básico, Águas e Resíduos. Destaca-se a coordenação do projeto e da obra do Centro de Abate da Madeira e a coordenação do projeto do Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar.
- 1997/2000 Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Habitação da Madeira, IP:
  - Sendo o único engenheiro integrando o Conselho Diretivo daquele instituto público cabia-lhe a coordenação dos Departamentos de Construção e Obras,

incluindo a manutenção dos edifícios do parque habitacional público detido pelo Governo Regional da Madeira.

- 1995/1997 Engenheiro colaborador na empresa ETERMAR – Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S. A.:
  - Integrado, entre outras obras, na equipa de construção do Porto do Caniçal, na recarga de tetrápodes do molhe sul do Porto do Funchal, na construção do terrapleno e proteção marítima do Complexo Balnear da Ponta Gorda – Poças do Governador; na construção da ETAR do Porto Santo e na Reabilitação do Farol do Ilhéu de Cima, no Porto Santo.
- 1991/1994 Técnico Superior do mapa de pessoal da Direção Regional de Saneamento Básico do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira:
  - Enquanto técnico superior integrou a equipa representante do Dono d'Obra no acompanhamento de projetos e de obras destacando pela dimensão e importância a construção da ETAR do Funchal, incluindo um emissário terrestre, em túnel com 2km de extensão e o emissário submarino; a construção da ETAR de Câmara de Lobos, incluindo o emissário submarino, a construção do emissário terrestre, em túnel e o emissário submarino da zona baixa do Caniço.
- Percurso na Ordem dos Engenheiros:
  - Presidente do Conselho Diretivo da Região Madeira da Ordem dos Engenheiros para os triénios 2019/2022 e 2022/2025;
  - Vogal do Conselho Diretivo da Região Madeira da Ordem dos Engenheiros para o triénio 2016/2019;
  - Vogal do Conselho Diretivo da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros para o triénio 2013/2016;
  - Vogal do Conselho Disciplinar da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros para os triénios 2007/2010 e 2010/2013;

- Vogal do Conselho Fiscal da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros para os triénios 2001/2004 e 2004/2007.

Formação Complementar:

- "Combate a Incêndios com Meios de Primeira Intervenção", Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, Funchal, 2021 (4 horas);
- "Curso de Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Auromática Externa (SBV -DAE)"; Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, Funchal, 2017 (8 horas);
- "Medical Response to Major Incidents (MRMI), Madeira International;
- Disaster Traing Center, Funchal 2017 (24 horas);
- "3.º Curso Intensivo de Segurança e Defesa – Madeira", Instituto de Defesa Nacional, Funchal 2015;
- "Formação em Avaliação Imobiliária", Escola Superior de Atividades Imobiliárias, Lisboa 2014 (90 horas);
- "CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública", do Instituto Nacional de Administração, I.P., Funchal 2009 (94,5 horas) obtendo uma classificação final de 17,3 valores;
- "Programa Avançado de Gestão para Executivos", da Escola de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, Funchal 1999 (189 horas).

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração, representante da Secretaria Regional das Finanças:

- Ricardo José Gouveia Rodrigues

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas com especialização em finanças, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Experiência Profissional:

Funções públicas:

- Desempenhou funções no Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente e ingressou na carreira de Técnico Superior do mapa de pessoal da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas em 31 de julho de 1992.

Cargos e funções dirigentes:

- Sub Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, a partir de 1 de dezembro de 2023.
- Secretário-Geral e Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, no período da XII Legislatura, de 15 de outubro de 2019 até 30 de novembro 2023;
- Secretário-Geral e Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, no período da XI Legislatura;
- Diretor Regional de Orçamento e Contabilidade, entre 11 de fevereiro de 2005 até 28 de maio de 2015;
- Adjunto do Secretário Regional do Plano e Finanças, designado a 1 de fevereiro de 2005;
- Vogal do Conselho de Administração da "Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.", entre 1 de setembro de 2004 e 31 de janeiro de 2005;
- Diretor de Serviços do Gabinete de Estudos e Planeamento, na Secretaria Regional do Equipamento Social;
- Chefe de Divisão de Planeamento na Secretaria Regional do Equipamento Social.
- Participação em comissões e grupos de trabalho:
- Participação nos Encontros de Quadros Parlamentares realizados na Assembleia da República e na Assembleia Legislativa dos Açores;
- Representante da RAM, na Comissão Nacional de Índices e Fórmulas de Empreitadas;
- Representante da RAM na Comissão Nacional de Normalização Contabilística;

- Representante da Direção Regional de Orçamento e Contabilidade na Comissão de Acompanhamento dos Fundos Comunitários;
- Membro do Conselho de Fiscalização do Fundo de Estabilização Tributário da Região;
- Representante da Direção Regional de Orçamento e Contabilidade em diversos organismos da Administração Pública Regional;

Docência:

Professor convidado do Instituto Superior de Administração e Línguas da Madeira, para a área das Finanças Públicas.

Outras Habilitações:

Contabilista certificado.

8. As evidências da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração integram os anexos deste relatório.

9. Não aplicável.

10. O Conselho de Administração, nos termos do artigo 11.º dos Estatutos da APRAM, S.A., tem áreas de tutela definidas:

Presidente: Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva:

- Operações portuárias, Qualidade e Ambiente;
- Segurança;
- Promoção, Marketing e Relações-Públicas e Externas;
- Instalações e Equipamentos;
- Outras áreas da competência do CA.

Compete, ainda, à presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades daquele órgão e, em especial:

- Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;

- Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.
- Sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir o Conselho, a presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Vogal executiva: Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa:

- Área Jurídica;
- Área Administrativa e de Recursos Humanos;
- Tecnologias e Sistemas de Informação.

Vogal executivo: António Gil Fraga Gomes Ferreira:

- Planeamento e investimentos;
- Área Financeira.

Vogais não executivos: sem pelouros atribuídos.

De 1 de janeiro a 29 de setembro, os membros executivos do mandato terminado a 29 de setembro de 2025, tutelavam as áreas anteriormente referidas no mandato iniciado nessa mesma data, sendo que o então vogal executivo, José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco tutelava as áreas de Planeamento e Investimentos e a Área Financeira.

Regime de Substituição:

A presidente do Conselho de Administração será substituída, nas suas faltas e impedimentos pelo vogal por si designado para o efeito.

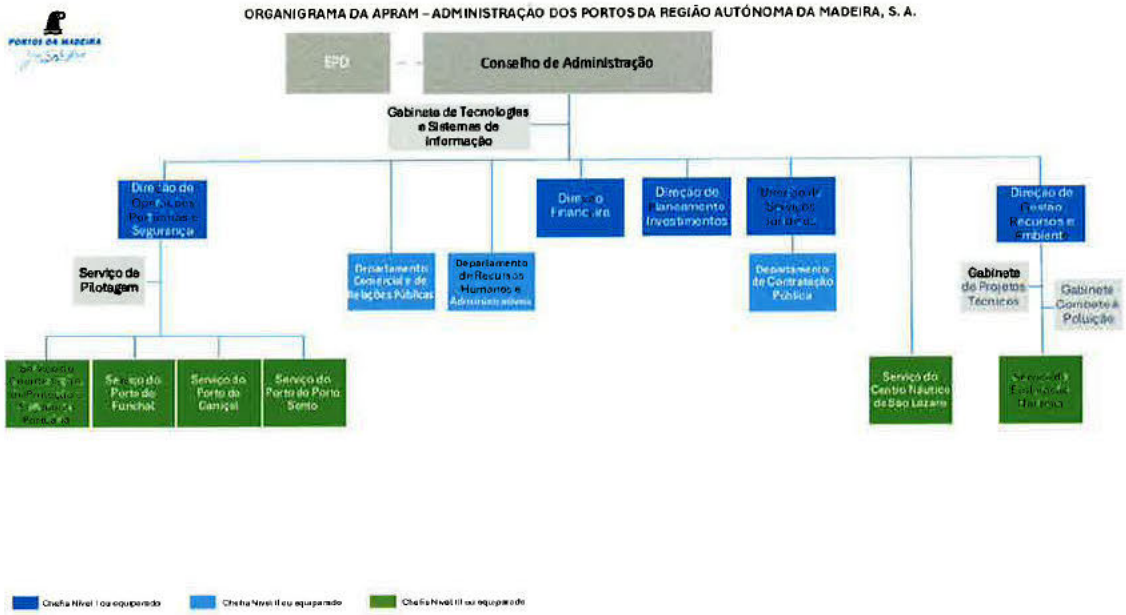
Nas suas faltas e impedimentos, os membros executivos do Conselho de Administração substituem-se mutuamente.

Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, poderá ser definido outro regime de substituição por deliberação do Conselho de Administração.

Estrutura orgânica da empresa:

- 5 chefias de nível 1;

- 3 chefias de nível 2[a];
- 6 chefias de nível 3[b].



As competências atribuídas a esses departamentos e chefias da empresa são as decorrentes da lei, não existindo delegação de competências do Conselho de Administração, com exceção da autorização para o trabalho extraordinário.

11. O Conselho de Administração reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente por iniciativa sua, ou mediante solicitação de dois dos restantes membros, nos termos do Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração.

12. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração:

a) Realizaram-se 45 reuniões ordinárias e 5 extraordinárias.

Faltas e ausências, por administrador, em 2025:

– Paula Cabaço – 6 (3 trabalho externo e 3 gozo de férias).

[a] Uma chefia por preencher
[b] Quatro chefias por preencher

- Isabel Figueiroa – 2 (1 gozo de férias e 1 falecimento de familiar).
- António Gil Fraga Gomes Ferreira – 0.
- Miguel Branco – 5 (gozo de férias).
- Ricardo Rodrigues – 7 (gozo de férias).
- Rui Manuel Nóbrega Paixão – 1 (férias).

b) Não aplicável.

c) Não aplicável.

d) Não aplicável.

D. Fiscalização

1. Fiscal Único.

2. O Fiscal Único para o triénio 2023-2025, foi a BDO & Associados -Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por António José Correia de Pina Fonseca, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o número 949, como Fiscal Único Efetivo e Liliana Carvalho Lourenço, Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o número 1787, como Fiscal Único Suplente.

Ao fiscal Único são atribuídas as seguintes competências e responsabilidades:

a) Realizar a revisão de contas, nos termos da lei e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo a forma de relato, a fim de obter um nível de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material, designadamente procedendo ao exame, numa base de amostragem, da prova que suporta as quantias e divulgações constantes dessas demonstrações financeiras, à apreciação dos princípios contabilísticos e das estimativas contabilísticas significativas feitas pelo órgão de gestão, à avaliação da apresentação global da informação financeira, à verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade e à verificação se o

relatório de gestão é preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e se a informação constante no mesmo é coerente com as demonstrações financeiras examinadas;

b) Expressar uma opinião profissional e independente baseada no exame das demonstrações financeiras a que se refere a alínea anterior, através de Relatório de Auditoria elaborado nos termos do Artigo 45.º do EOROC (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficias de Contas).

3. Elementos Curriculares relevantes:

Fiscal Único Efetivo

Elementos de Identificação:

- António José Correia de Pina Fonseca
  - *Partner* da BDO e Revisor Oficial de Contas
  - Data de nascimento: 16 de setembro de 1960
  - Nacionalidade: Portuguesa.

Antiguidade na profissão:

Cerca de quarenta anos de experiência profissional em regime de exclusividade e a tempo inteiro na rede BDO.

Habilitações académicas e científicas:

1. Habilitações Académicas:
   - Curso: Organização e Gestão de Empresas (set 1981-jun 1986).
   - Grau Académico: Licenciatura.
   - Instituição: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE.
2. Inscrito na lista dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 949 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 20160566.

Principais Qualificações e Experiência

Revisor Oficial de Contas (desde 1996) e colaborador da BDO desde 1986, onde adquiri experiência em auditoria e consultoria através da participação em trabalhos efetuados em Portugal, Cabo Verde (desde 1988), Angola (desde 1994), Moçambique (desde 1996), S. Tomé e Príncipe (desde 1994), Brasil (desde 2002) e Reino Unido (desde 1999), em vários sectores de atividade tais como: banca, seguros, construção civil e obras públicas, água e energia, hotelaria, comércio por grosso e a retalho, televisão, publicidade, indústria alimentar, transportes marítimos, etc.

Lidera diversas equipas das mais diversas dimensões, em trabalhos efetuados em Clientes de dimensão diversificada, sejam grandes, médias e pequenas Empresas, assumindo funções de Revisor Oficial de Contas integrado em Conselhos Fiscais ou Fiscal Único, ou fora desses Conselhos Fiscais.

No setor financeiro, salienta-se os trabalhos de auditoria realizados nas seguintes instituições:

- Banco Borges & Irmão;
- Banco Central de São Tomé e Príncipe (S. Tomé e Príncipe);
- Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde);
- Banco de Cabo Verde (Cabo Verde);
- Banco Caboverdiano de Negócios (Cabo Verde);
- Banco de Fomento e Exterior;
- Banco Comercial do Equador (S.Tomé e Príncipe);
- Banco Fiduciário Internacional (IFI) (Cabo Verde);
- Banco Montepio Geral Cabo Verde (IFI) – (Cabo Verde);
- Banco Sul Atlântico (IFI) (Cabo Verde);
- Banco Pinto & Sotto Mayor;
- Cabo Verde Asset Management, Sociedade de Gestão Financeira (Cabo Verde);
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Bombarral, CRI;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca, CRI;

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mortágua, CRI;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Franca de Xira, CRI;
- Caixa Económica de Cabo Verde (Cabo Verde);
- Caixa Nacional de Poupança e Crédito (S. Tomé e Príncipe);
- Generale Bank;
- National Investment Bank (S. Tomé e Príncipe);
- Novo Banco (Cabo Verde);
- CVGARANTE-Sociedade de Garantia Mútua (Cabo Verde);
- GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde (Cabo Verde);
- ÍMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros (Cabo Verde);
- INPS-Instituto Nacional de Previdência Social (Cabo Verde);
- International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund (Cabo Verde);
- Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos - SISP (Cabo Verde).

No que respeita a Fundos de Investimento, tem desenvolvido a função de Revisor Oficial de Contas em diversos Fundos, nomeadamente geridos pela:

- Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.:
  - 25 Fundos de Investimento Mobiliário;
  - 12 Fundos de Investimento Imobiliário.
- ECS Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.:
  - 2 Fundos de Investimento Imobiliário.
- Haitong Capital, SCR, S.A.:
  - 1 Fundo de Capital de Risco.
- GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.:
  - 17 Fundos de Investimento Imobiliário
- SILVIP – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.:

- 8 Fundos de Investimento Imobiliário e SICAFI´s;

Na área de saúde, salienta-se a atividade enquanto Revisor Oficial de Contas das seguintes entidades:

- Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE;
- Centro Hospitalar de Leiria, EPE;
- Centro Hospitalar de Setúbal, EPE;
- Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE;
- Hospital Garcia de Orta, EPE;
- Hospital Agostinho Neto (Cabo Verde);
- Hospital Particular de Almada, Lda.;
- JOCOLGEST – Gestão e Serviços Empresariais, S.A.;
- JOCOLGEST SAÚDE SGPS, S.A.;
- Laboratórios ATRAL, S.A.;
- Laboratórios Inpharma - Indústria Farmacêutica, S.A. (Cabo Verde);
- Medochemie Iberia, S.A.;
- NUCLEARMED - Instituto de Medicina Nuclear, S.A.;
- P.I.P. – Pharmaceutical Investments Portugal, Unipessoal, Lda.;
- PMU SGPS, S.A.;
- SMA – Serviços Médicos Ambulatórios, S.A.;
- VIDA – Produtos Farmacêuticos, S.A.;
- Y-FARMA, S.A.

No setor da comunicação, destaca-se os trabalhos de auditoria nas seguintes entidades:

- Cabo Verde Broadcast, Sociedade Unipessoal, S.A. (Cabo Verde);
- Cabo Verde Telecom, S.A. (Cabo Verde);
- CV Móvel, Sociedade Unipessoal (Cabo Verde);
- CV Multimédia, Sociedade Unipessoal (Cabo Verde);

- RTC – Radio Televisão Comercial;
- RTP – Radiotelevisão Portuguesa, S.A.

Em outros setores de atividade, a experiência profissional abrangeu a liderança de trabalhos de auditoria e consultoria a diversas entidades, das quais se salientam:

- Administração dos Portos de Sines e do Algarve;
- AdP – Águas de Portugal, S.A.;
- Águas e Energia da Boavista (Cabo Verde);
- Águas de Ponta Preta (Cabo Verde);
- Águas de Porto Novo (Cabo Verde);
- AIP - Associação Industrial Portuguesa;
- APP Ambiente (Cabo Verde);
- CERIS - Sociedade Caboverdiana de Cervejas e Refrigerantes (C.Verde);
- CGM - Companhia Geral Marítima;
- C.I.C. - Companhia de Investimento de Cereais de Cabo Verde (C.Verde);
- Companhia Nacional de Petroquímica;
- COOPENSINO - Cooperativa de Ensino Superior (Cabo Verde);
- Correios de Cabo Verde (Cabo Verde);
- CUCA/BGI - Companhia União de Cervejas de Angola (Angola);
- DAFSE - Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu;
- ECN - Empresa Continental de Navegações;
- Empresa de Polímeros de Sines;
- ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos (Cabo Verde);
- ENE - Empresa Nacional de Electricidade, UEE (Angola);
- IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas Médias Empresas e ao Investimento;
- IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- IFADAP - Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Pescas;

- IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat (Cabo Verde);
- Oásis Atlântico - Hotelaria e Turismo (Cabo Verde);
- PAM - Programa Alimentar Mundial (Cabo Verde);
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Cabo Verde);
- PORTWAL - Transportes Marítimos Portugal África;
- SAPROPOR - Sociedade Agro-Pecuária de Produtos Portugueses;
- SICEL - Sociedade Industrial de Cereais;
- SOPOL - Sociedade Geral de Construções e Obras Públicas;
- SOPONATA - Sociedade Portuguesa de Navios-Tanques;
- Sociedade Sal Hotéis (Cabo Verde);
- Sociedade Hotelmar (Cabo Verde).

Em termos de formação profissional, para além da participação como formando e formador em ações de formação interna na BDO em Portugal, bem como em Angola, Cabo Verde e Moçambique, nas áreas de contabilidade, auditoria, impostos e consultoria.

Fiscal Único Suplente

Elementos de Identificação:

- Liliana Carvalho Lourenço
  - Partner da BDO e Revisora Oficial de Contas.
  - Data de nascimento: 4 de julho de 1983.
  - Nacionalidade: Portuguesa.

Antiguidade na profissão:

Cerca de vinte anos de experiência profissional em regime de exclusividade e a tempo inteiro na rede BDO.

Habilitações académicas e científicas:

Curso: Gestão de Empresas (set 2001-fev 2006).

Grau Académico: Licenciatura.

Instituição: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL)

Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 1787 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 20161635.

Experiência Profissional:

Revisora Oficial de Contas (desde 2016) e colaboradora da BDO desde 2006, com profunda experiência em auditoria realizando trabalhos em Portugal e nos PALOP's (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe). Tem profunda experiência nos setores Ambiental (resíduos), Portuário, Público (saúde e educação) e Tecnologia e Telecomunicações.

Responsável pelo trabalho de campo de auditoria nas mais diversas áreas: Grupo Claranet (Portugal), Grupo AITEC (Portugal), Instituto Politécnico de Setúbal (Portugal), Universidade da Madeira (Portugal), APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve (Portugal), APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira (Portugal), Unidades Locais de Saúde (Oeste, Arrábida, Arco Ribeirinho, Leiria e Amadora/Sintra), Banco Central de São Tomé e Príncipe (São Tomé), Grupo CV Telecom (Cabo Verde), ENAPOR (Cabo Verde), entre outros.

4. Nos casos em que o órgão de fiscalização é contratado para serviços adicionais, são respeitadas as regras de contratação publica e demais legislação aplicável.

5. Acompanhamento da apresentação e aprovação dos documentos de gestão da empresa na Assembleia Geral, nomeadamente do Plano de Atividade e Orçamento e Relatório e Contas bem como a emissão de pareceres e aconselhamentos técnicos na área técnico/fiscal.

Revisor Oficial de Contas (ROC):

1. Durante o ano de 2025, a sociedade BDO & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. exerceu as funções acometidas ao Revisor Oficial de Contas.

   Resumidamente:

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Identificação SROC /ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na empresa
		Nome	Nº inscrição na OROC	Nº registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2023-2025	Fiscal Único Efetivo	António José Correia de Pina Fonseca	949	20160566	Consulta Prévia	20/12/2022	contrato	3	3
2023-2025	Fiscal Único Suplente	Liliana Carvalho Lourenço	1787	20161635	Consulta Prévia	20/12/2022	contrato	3	3

2. Sem limite de mandatos.

3. O Fiscal Único (empresa BDO & Associados -Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.) da APRAM foi contratado para os triénios 2023-2025.

   A empresa BDO & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., outorgou o contrato com a APRAM, S.A., a 20 de dezembro de 2022.

   Estas contratações foram precedidas de consulta prévia.

   O último contrato teve um prazo de 30 meses e doze dias, terminando a 31 de dezembro de 2022, pelo valor mensal de 1 213,90€, acrescido de IVA à taxa legal, com a Grant Thornton.

   Em termos anuais:

Nome	Valor do contrato Anual 2025 (€)
	Bruta (com IVA incluído)
BDO & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	17 628,96

F. Conselho Consultivo

Não aplicável.

G. Auditor Externo

Não aplicável.

VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Estatutos e Comunicações

1. Os Estatutos da empresa são alterados sob proposta do Conselho de Administração, devidamente fundamentada, mediante deliberação do acionista único em Assembleia Geral.
2. A implementação da plataforma legal de receção de denúncias públicas (internas e externas) relativo às ocorrências e funcionamento da empresa, está ativa na empresa desde abril de 2023.
3. Toda esta matéria, está discriminada no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, agora designado, de Plano de Prevenção da Corrupção, publicitado no site da empresa.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

Os elementos e procedimentos referidos neste ponto, encontram-se devidamente explicitados no Plano de Prevenção da Corrupção, publicitado no site da APRAM, S.A..

C. Regulamentos e Códigos

- Legislação Pertinente:

Alguns regulamentos que, pela sua relevância, podem ser consultados no sítio da APRAM, S.A. **www.apram.pt.**

Descrição sumária da legislação aplicável ao sector:

- "Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1/07, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23/08: transforma a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e aprova os respetivos estatutos;
- Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, alterado pelo Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12, pelo Decreto-Lei n.º 65/95, de 07/04, pela Lei n.º 3/2013, de 14/01, pelo Decreto-Lei n.º 92/2024, de 25/11, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9: estabelece o regime de operação portuária;
- Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2024, de 25/11: estabelece as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;
- Decreto-Lei n.º 102/2020, de 9/12: transpõe a Diretiva (UE) 2019/883, relativa aos meios portuários de receção de resíduos provenientes dos navios, tendo em vista uma maior proteção do meio marinho;
- Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07, alterado pelo Decreto-Lei n.º 236/2004, de 18/12, pelo Decreto-Lei n.º 51/2005, de 25/02, pelo Decreto-Lei n.º 263/2009, de 28/09, pelo Decreto-Lei n.º 52/2012, de 07/03 e pelo Decreto-Lei n.º 121/2012, de 19/06: transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios;
- Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11: aprova normas de enquadramento do Regulamento n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, relativo ao reforço da proteção dos navios e das instalações portuárias, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro, relativa ao reforço da segurança nos portos;

- Lei n.º 58/2005, de 29/12, alterada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14/03, pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22/06, pela Lei n.º 42/2016, de 28/12, pela Lei n.º 44/2017, de 19/06, pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10/02, pela Lei n.º 82/2023, de 29/12, e parcialmente revogada pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22/09, e parcialmente derrogada pela Lei n.º 17/2014, de 10/04: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto Legislativo Regional n.º 33/2008/M, de 14 de agosto - adapta à RAM a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, que aprova a Lei da Água, bem como o Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março, que complementa o regime jurídico consagrado na Lei da Água;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05, alterado pelo Decreto-Lei n.º 391-A/2007, de 21/12, pelo Decreto-Lei n.º 93/2008, de 04/06, pelo Decreto-Lei n.º107/2009, de 15/05, pelo Decreto-Lei n.º 137/2009, de 08/06, pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22/09, pelo Decreto-Lei n.º 82/2010, de 02/07, pela Lei n.º 44/2012, de 29/08, pela Lei n.º 12/2018, de 02/03, pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27/11, pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10/02 e pelo Decreto-Lei n.º 87/2023, de 10/10, e parcialmente revogado pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15/05, pela Lei n.º 17/2014, de 10/04, pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10/02 e pelo Decreto-Lei n.º 87/2023, de 10/10 : estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, alterado pela Lei n.º 82-D/2014 de 31/12, pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12/08 e pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 03/05 e pela Lei n.º 73-A/2025, de 30/12: Estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos;
- Portaria n.º 1450/2007, de 12/11: fixa, ao abrigo e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º, no n.º 2 do artigo 16.º, no artigo 18.º, no n.º 3 do artigo 21.º, no n.º 1 do artigo 22.º, no n.º 1 do artigo 25.º, no n.º 3 do artigo 41.º, no n.º 7 do artigo 60.º, no n.º 2 do artigo 69.º, e no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05, as regras do regime de utilização dos recursos hídricos;

- Lei n.º 54/2005, de 15/11, retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16/01, alterada pela Lei n.º 78/2013, de 21/11, pela Lei n.º 34/2014, de 19/06, pela Lei n.º 31/2016, de 23/08, e pela Lei Orgânica n.º 2/2023, de 18/08, e parcialmente revogada pela Lei n.º 34/2014, de 19/06: Estabelece a titularidade dos Recursos Hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30.06: estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24/03, pelo Decreto-Lei n.º 179/215, de 27/08, pela Lei n.º 37/2017, de 02/06, pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11/12, pela Lei n.º 71/2018, de 31/12, pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10/12, pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10/02, pelo Decreto-Lei n.º 87/2023, de 10/10 e pelo Decreto-lei n.º 99/2024, de 03/12 e parcialmente revogado pelo Decreto-lei n.º 11/2023, de 10/02: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Lei n.º 8/2012, de 21/02, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14/05, pela Lei n.º 64/2012, de 20/12, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, pela Lei n.º 22/2015, de 17/03, e parcialmente revogada pela Lei n.º 22/2015, de 17/03: Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;
- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20/12, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02/06 e parcialmente revogado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02/06: Contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação de informação nela prevista;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27/04, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02/10, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08, pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15/05, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 04/12, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19/03, pela Lei n.º 30/2021, de 21/05, pelo

Decreto-Lei n.º 78/2022, de 07/11, pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14/07, pelo Decreto-Lei n.º 66/2025, de 10/04 e pelo Decreto-lei n.º 112/2025, de 23/10;-Aprova o Código dos Contratos Públicos;

- Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14/08, alterado por Declaração de Retificação n.º 60/2008, de 10 de Outubro; Decreto Legislativo Regional n.º 45/2008/M, de 31 de Dezembro; Decreto Legislativo Regional n.º 34/2009/M, de 31 de Dezembro; Decreto Legislativo Regional n.º 2/2011/M, de 10 de Janeiro; Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de Março; Decreto Legislativo Regional n.º42/2012/M, de 31 de Dezembro; Decreto Legislativo Regional n.º 28/2013/M, de 6 de Agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de Março; Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/M, de 6 de Agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M, de 31 de Janeiro; Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M, de 29 de dezembro; Decreto Legislativo Regional n.º 8/2025/M, de 30 de dezembro - adaptação à RAM do Código dos Contratos Públicos;
- Lei n.º 73-A/2025, de 30/12: Aprova o Orçamento do Estado para 2026;
- Decreto Legislativo Regional n.º 8/2025/M, de 30/12: Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2026;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2025/M, de 22/08 - Normas de execução orçamental para o ano de 2025;
- Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2/03: Estabelece o regime das contraordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuária;
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03: Atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Decreto-Lei n.º 264/2012, de 20/09: Estabelece o regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno;

- Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março: Estabelece o regime jurídico do serviço público de pilotagem nos portos e aprova o regulamento geral dos serviços de pilotagem;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2013/M, de 02/08: Define as áreas de pilotagem na Região Autónoma da Madeira;
- Portaria n.º 34/2013, de 24/05, alterada pela Portaria n.º 92/2014, de 16/07 e pela Resolução n.º 58/2015, de 11/02- Define as regras para a emissão, suspensão e cancelamento do certificado de isenção do serviço de pilotagem e aprova o modelo do certificado de isenção de pilotagem nos portos da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/M, de 25/05: Define a titularidade da infraestrutura implantada na Praça do Mar;
- Regulamento n.º 1/2017, de 9/02: Regulamento de funcionamento da doca de estacionamento localizada na Avenida Sá Carneiro;
- Regulamento de Exploração dos portos, terminais e pequenos portos sob jurisdição da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aprovado pelo ponto 4 da Ata da reunião do Conselho de Administração n. º 38/2010, de 28 de setembro, com as alterações introduzidas pelo ponto 2 da Ata da reunião do Conselho de Administração n.º 23/2012, de 14 de junho, e Deliberação n.º 323/2019, exarado na Ata da reunião do Conselho de Administração n.º 39/2019, de 2 de outubro e Deliberação n.º 369/2025, exarada na Ata n.º 38/2025, de 08 de outubro;
- Portaria da Região Autónoma da Madeira n.º 46/2012, de 30/03, retificada pela Declaração de Retificação de 21/06/2012, e alterada pelas Portarias n.º 141/2014, de 14/08, n.º 323/2017, de 1/09, n.º 197/2018, de 21/06 e n.º 11/2019, de 9 de janeiro e n.º 118/2023, de 28/02: Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais;
- Portaria n.º 269/2016, de 15/07, alterada pela Portaria n.º 198/2018, de 21/06: Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais a aplicar pela utilização de parcela do domínio público da RAM (Estado) afeto à APRAM - Administração de Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., localizada na Praça do Povo;

- Regulamento da Atribuição e o Uso de Fardamentos e Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Regulamento de acesso à zona portuária e circulação e estacionamento na área de jurisdição da APRAM, S.A. no Porto do Funchal;
- Regulamento do Fundo de Maneio;
- Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool e de Substâncias Psicoativas;
- Regulamento para a Prestação de Serviço de Táxis no Porto do Funchal (em atualização);
- Portaria n.º 270/2016, de 15/07: Regulamento que define as condições de utilização do espaço denominado Centro Náutico de São Lázaro;
- Regulamento n.º 1/2020 - Utilização do Varadouro e Calhau do Cais de Câmara de Lobos, publicado no JORAM, II Série, n.º 211 de 10 de novembro de 2020;
- Regulamento n.º 4/2024, de 20/06 – Regulamento do Cais de Recreio do Porto do Funchal;
- Regulamento da Marina do Porto Santo.

- Código de Conduta – Os elementos e procedimentos referidos neste ponto, encontram-se devidamente explicitado no Código de Conduta da APRAM, publicitado no site da empresa.
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Como afirmado anteriormente, a empresa possui no seu site a última atualização do Plano Geral de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), agora designado Plano de Prevenção da Corrupção, em cumprimento das últimas orientações. No demais, reafirmamos que os elementos e procedimentos referidos neste ponto, encontram-se devidamente explicitado no mencionado Plano.

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira do n.º 1 do artigo 42.º do RJSERAM a saber:

a) Não aplicável;

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar:

As orientações e objetivos traçados estão descritos no **ponto II** supra do presente Relatório.

No ano 2025, independentemente de não ter sido formalmente aprovado pelo acionista único o Plano de Atividades e Orçamento para 2025, a empresa envidou todos os esforços para dar continuidade aos projetos em curso enquadrados e contidos no Plano de Atividades e Orçamento 2024 (PAO 2024) para além das orientações gerais para o sector portuário integradas no orçamento da RAM aprovado no segundo semestre de 2024 e de 2025.

É de realçar o caso dos investimentos realizados em que a APRAM, S.A. apresenta uma taxa de execução de 56,82% a que corresponde um valor de investimento de 7.377.182,38 €.

Tal grau de execução justifica-se, na sua grande maioria, pela morosidade e burocracia associadas aos procedimentos legais que há que cumprir para ser possível celebrar os contratos-programa que sustentam financeiramente esse mesmo investimento, como também para se poder dar início à execução das obras, à aquisição dos equipamentos ou à prestação dos serviços pretendidos.

c) Plano Plurianual de Investimentos 2023-2025, Plano de Atividades e Orçamento 2024, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento:

https://apram.pt/investimento-plurianual

2025_PLANO_PLURIANUAL_DE_INVESTIMENTOS_RGPD.pdf

d) Orçamento anual e plurianual:

https://apram.pt/planos-atividades-orcamento

2024_PAO_e_OCP_APRAM_RGPD.pdf

e) Documentos anuais de prestação de contas:

https://apram.pt/relatorio-contas

2024_RELATORIO_GESTAO_E_CONTAS_RGPD_Light_.pdf

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Não foi possível realizar os relatórios trimestrais durante o ano 2025, porque o acionista impôs a introdução de uma nova ferramenta informática para a gestão e registo dos factos contabilísticos (SIAG), impossibilitando a divulgação da informação de forma fiável e fidedigna, porque os factos contabilísticos careciam de parametrização provocando erros de leitura e agregação na informação solicitada ao sistema.

E. Sítio na Internet

1. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos (vide artigo 51º do RJSERAM):

a) Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171. º do CSC:

https://apram.pt/contactos

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões:

https://apram.pt/estatutos

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatuários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios - No relatório de gestão e contas:

https://apram.pt/relatorio-contas

2024_RELATORIO_GESTAO_E_CONTAS_RGPD_Light.pdf

d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais:

https://apram.pt/relatorio-contas
2024_RELATORIO_GESTAO_E_CONTAS_RGPD_Light.pdf

e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público:

https://apram.pt/estatutos - ESTATUTOS.pdf

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos da Região nos últimos três exercícios:

https://apram.pt/relatorio-contas
2024_RELATORIO_GESTAO_E_CONTAS_RGPD_Light.pdf

2. Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes elementos:

a) Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada:

https://apram.pt/normas-regulamentos - RegulamentoExploracao.pdf

https://apram.pt/normas-regulamentos - Regulamento Tarifas Praça do Povo - Versão Atualizada.pdf

https://apram.pt/normas-regulamentos - Regulamento Tarifas APRAM S.A. - Versão Atualizada.pdf

https://apram.pt/normas-regulamentos - Regulamento_Sao_Lazaro.pdf

https://apram.pt/normas-regulamentosRegulamento_1_2017-_doca_de_estacionamento_avenida_s_carneiro.pdf

https://apram.pt/normas-regulamentos - Regulamento_Marina_PXO.pdf

https://apram.pt/normas-regulamentos -Regulamento-de-acesso-a-zona-portuaria.pdf

https://apram.pt/normas-regulamentos

Regulam_Líquida_Taxas_devidas__APRAMS.A..pdf

b) Código de Ética:

https://apram.pt/codigo-etica

APRAM - CODIGO_DE_CONDUTA_2024.pdf

c) O Plano de Prevenção da Corrupção (PGRCIC), revisto em 2024 e o Relatório Anual de Execução do PGRCIC reportado ao ano de 2024, encontram-se publicados no site da empresa:

https://apram.pt/plano-prevencao-riscos-corrupcao

APRAM_Plano_de_Prevencao_da_Corrup._2024.pdf

d) Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo:

https://apram.pt/plano-prevencao-riscos-corrupcao

Relatório Intercalar PPR 2025.pdf

e) Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do PPR19:

https://apram.pt/plano-prevencao-riscos-corrupcao

Relatório Anual - PPR.pdf

f) Código de Conduta (vide alínea d);

g) Relatório Anual de Execução do PGRCIC. Não foi realizado o relatório de execução de 2022 e de 2023. Em 2025, foi realizado o Relatório Anual de Execução do PCRCIC.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

São acometidas à empresa responsabilidades de prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral, embora não existindo qualquer contrato de gestão entre o Conselho de Administração e a tutela. Os instrumentos financeiros e de gestão, consubstanciados no Plano de Atividades e Orçamento Anual, são interpretados como documentos orientadores e estratégicos, e definem os objetivos de gestão preconizados pelo Acionista Único.

Como observado anteriormente, a APRAM vinculou a sua estratégia de gestão dando continuidade aos projetos e orientações preconizados no anterior Plano de Atividades e Orçamento de 2024 e 2025, conjugado com as metas e orientações para o sector portuário, contidas nos orçamentos da RAM de 2024 e 2025.

VII REMUNERAÇÕES

A. Competência para a Determinação das remunerações dos órgãos sociais e dirigentes:

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não aplicável.

C. Estrutura das Remunerações

1. A política das remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização é a constante no mapa inserido no ponto A. deste capítulo.
2. Não aplicável.
3. Não aplicável.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais:	**Competências para a determinação das remunerações:**
1. Membros da Assembleia Geral	Por deliberação da Assembleia Geral.
2. Membros do Conselho de Administração	Por deliberação da Assembleia Geral e de acordo com a tabela de remunerações definida para os Gestores Públicos.
3. Fiscal Único	Precedida de procedimento de contratação pública e validada em Assembleia Geral.
Remuneração dos dirigentes (nível 1 a 5)	É a constante na legislação aplicável, nomeadamente Estatuto das Administrações Portuárias e demais regulamentação aplicável.

4. Não aplicável.

5. Não aplicável.

6. Não aplicável.

D. Divulgação das Remunerações

1. Montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão da administração da empresa:

Membro do Conselho de Administração	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva	Sim	C	3 666,96	1 466,78
Isabel Alexandra Vieira Brito Figueiroa	Sim	C	3 053,48	1 221,39
António Gil Fraga Gomes Ferreira	Sim	C	3 577,34	1 221,39 a)
José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco	Sim	-	3 076,52	1 295,38 a)
Rui Manuel Nóbrega da Paixão	Não	-	763,37	-
Ricardo José Gouveia Rodrigues	Não	-	763,37	-

a) Recebe pelo Vencimento de Origem.

Membro do Conselho de Administração BASE	Remuneração Anual (€) Líquida de reduções remuneratórias				
	Fixa	Variável	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva	68 938,80	0,00	68 938,80	421,70	68 517,10
Isabel Alexandra Vieira Brito Figueiroa	57 405,40	0,00	57 405,40	351,14	57 054,26
António Gil Fraga Gomes Ferreira	10 970,51	0,00	10 970,51		10 970,51 a)
José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco	55 534,57	0,00	55 534,57	372,42	55 162,15 a)
Rui Manuel Nóbrega da Paixão	2 341,00	0,00	2 341,00		2 341,00
Ricardo José Gouveia Rodrigues	6 819,44	0,00	6 819,44	87,79	6 731,65

a) Recebe pelo Vencimento de Origem.

Membro do Conselho de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
Nome	Diário	Encargo anual da empresa	CGA / SS	Encargo anual da empresa	Encargo anual da empresa	Encargo anual da empresa	Identificar	Encargo anual da empresa
Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva	6,00	1 380,00	C.G.A.	16 272,78	-	-	Combustível	1 875,56
Isabel Alexandra Vieira Brito Figueira	6,00	1 344,00	C.G.A.	13 502,01	-	-	Combustível	1 726,47
António Gil Fraga Gomes Ferreira	6,00	384,00	C.G.A.	4 344,70	-	-	Combustível	126,88
José Miguel Brazão Andrade da Silva Branco	6,00	1 620,00	C.G.A.	11 235,89	-	-	-	-
Rui Manuel Nóbrega da Paixão	-	-	S.S.	555,99	-	-	-	-
Ricardo José Gouveia Rodrigues	-	-	S.S.	1 598,77	-	-	-	-
	Total	4 728,00	-	47 510,14	-	-	-	3 728,91

2. Não aplicável

3. Não aplicável

4. Não aplicável

5. Montante anual da remuneração auferida pelo Fiscal Único:

Nome	Valor do contrato Anual 2025 (€)
	Bruta (com iva incluído)
BDO & Associados -Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	17 628,96

6. Montante da remuneração auferida no ano em referência pelos membros da mesa da Assembleia Geral:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2023-2025	Presidente da Mesa	Célia Andreia Nóbrega Quintal	300,00	600,00
2023-2025	Vogal da Mesa	Patrícia Alexandra Fernandes Bairrada Amaro de Jesus	250,00	500,00
2023-2025	Secretário da Mesa	Miguel Ângelo Gonçalves de Faria	250,00	500,00

VIII TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. Não aplicável.
2. Informação sobre outras transações:
   a) Foram adotados os procedimentos previstos no Código da Contratação Pública (CCP), a saber: concurso público, consulta prévia e ajuste direto;
   b) Não aplicável;
   c) Não aplicável.

IX ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

1. **Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores:**

   Em termos de políticas de responsabilidade social, são inúmeras as iniciativas que a APRAM, S.A. apoia anualmente junto de associações sem fins lucrativos que desempenham atividades na área desportiva, cultural e social, através da cedência de utilização de espaços sob jurisdição da APRAM para a realização de eventos específicos ou das suas atividades em geral, assim como através do fornecimento de apoio logístico.

Têm sido internamente promovidas práticas para a inclusão social nomeadamente através da aceitação de estágios para o desempenho de diferentes funções dentro da hierarquia interna, incluindo desempregados inseridos em grupos mais desfavorecidos no que se refere à idade, designadamente jovens e pessoas com idade superior a 50 anos, normalmente ao abrigo dos Programas de Emprego disponibilizados pelo Instituto de Emprego da Madeira (IEM).

A APRAM, S.A. dispõe também de livro de reclamações, quer físico – nas suas várias instalações portuárias – quer on-line, dando cumprimento assim ao exigido por Lei e assegurando o devido tratamento às reclamações e sugestões dos seus clientes e utentes e dos cidadãos em geral.

2. Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável:

No âmbito do pacote legislativo *Fit for 55*, a União Europeia assume que irá reduzir em 55% as suas emissões de gases com efeito de estufa até 2030, tendo por base os níveis de 1990 e atingir a neutralidade carbónica em 2050.

Assim e no âmbito da descarbonização para a economia e decorrente das obrigações impostas em termos normativos para o setor marítimo, a APRAM, S.A. tem vindo a implementar um conjunto de medidas destinadas à redução da sua pegada ambiental, uma vez que, até ao momento, não existe um plano estratégico formalmente definido que permita enquadrar estas ações num documento a implementar da transição energética e da sustentabilidade ambiental nos principais portos da Região.

Nestas medidas estão incluídas a monitorização dos consumos de água, consumos energéticos, de combustíveis, assim como a monitorização da qualidade do ar e da qualidade da água na bacia portuária. Por outro lado, de forma a acelerar a descarbonização dos portos da Região, foram desenvolvidos um conjunto de estudos, concluídos em 2025, com vista a avaliar a viabilidade técnica e financeira de implementar estações *Onshore Power Supply* (OPS), de forma a poder fornecer energia elétrica aos

navios quando atracados nos Portos da Região, de estudar soluções alternativas para a produção de energia elétrica para autoconsumo através de painéis fotovoltaicos e ainda a análise das diferentes alternativas para a modernização da frota marítima da APRAM para o uso de combustíveis alternativos ou para torná-los híbridos. Estão também previstos estudos de impacto ambiental das medidas que forem consideradas viáveis. Em complemento, a APRAM, S.A., está a proceder à incorporação de medidas de gestão digital dos serviços e desmaterialização de processos e documentos e a contratualização da prestação de serviços de eficiência energética das instalações e demais espaços do porto do Funchal, de forma a identificar onde e como pode reduzir o consumo de energia e consequentemente reduzir as emissões de gases de efeito estufa e o impacto ambiental dos portos, tornando-se mais eficiente, promovendo a sustentabilidade e a redução da pegada de carbono.

Em termos de proteção ambiental, existe na APRAM, S.A. uma estrutura funcional ou mecanismo interno de coordenação para matérias de combate à poluição, envolvendo os diferentes serviços relevantes. Tem sido promovido a participação dos seus quadros técnicos em ações de formação no âmbito do combate à poluição assim como participando e apoiando no que diz respeito à realização de exercícios práticos, e ainda tomado parte em ações de sensibilização para a proteção do ambiente através do apoio e participação em iniciativas relacionadas com a recolha de lixo, em terra e no mar, nas suas áreas de jurisdição.

A APRAM, S.A., prossegue políticas de transparência, sem práticas discriminatórias, dispondo de um Código de Ética, que reflete essas mesmas políticas.

3. **Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional:**

Apesar de ainda não ter implementado um Plano para a Igualdade, esta empresa prossegue, em termos práticos, condutas tendentes à salvaguarda da igualdade, nomeadamente de género, tendo, inclusivamente, em sede de processos de

recrutamento externo de trabalhadores, previsto como fator de desempate, a seleção do indivíduo do género representado em menor número na respetiva categoria.

Na medida do possível, têm-se sempre optado por adotar medidas de respeito e conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores, entre as quais o exercício de funções em regime de teletrabalho.

4. **Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional:**

A valorização dos recursos internos tem sido uma prioridade nas políticas de RH da APRAM, S.A., através da aposta na formação específica dos seus quadros, na progressão profissional e na mobilidade interna.

A empresa tem vindo a apostar em vínculos definitivos através da celebração de contratos sem termo como forma de motivar e aumentar a eficiência dos seus recursos humanos.

A formação profissional tem sido também uma preocupação da empresa, tentando-se promover a frequência de ações de formação externa, bem como a realização de ações de formação interna, de carácter mais específico, sobretudo viradas para a área operacional, algumas delas destinadas a revalidar a certificação profissional de trabalhadores em certas áreas e valências, como forma de melhorar e atualizar os conhecimentos e competências profissionais dos trabalhadores.

Existem na empresa espaços dedicados ao lazer, à realização de pequenas pausas e de refeições no local de trabalho, promovendo-se ainda a realização de convívios no assinalamento de datas festivas, e apoiando-se, quando possível, as atividades desenvolvidas pela Casa do Pessoal, nomeadamente através da cedência de um espaço físico para a sua sede.

Os trabalhadores abrangidos pelo Acordo de Empresa celebrado entre a APRAM e o SNTAP beneficiam de transporte público gratuito entre a sede da APRAM e o centro do Funchal, mediante apresentação de passe, cujo valor é ressarcido pela empresa.

5. Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e das medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição aos riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.):

Tem havido uma crescente preocupação por parte da APRAM, S.A., em aumentar a satisfação dos seus clientes através de melhoria dos processos internos e da respetiva comunicação.

Ao abrigo do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, foram adquiridas, desenvolvidas e implementadas novas plataformas e ferramentas informáticas que permitiram a desburocratização e desmaterialização de vários procedimentos internos, tornando-os mais céleres, mais eficazes e de mais fácil utilização, aumentando assim a produtividade da empresa e melhorando substancialmente o nível dos serviços prestados aos seus clientes. Destacam-se dentro deste projeto: a construção do novo site da APRAM; a configuração de alertas personalizados via email e sms da plataforma JUL (Janela Única Logística) para os utilizadores; a instalação de um sistema de geolocalização (GPS) para automóveis, equipamentos de apoio às operações portuárias e embarcações propriedade da APRAM; a implementação de uma plataforma de gestão de reservas de cais para escalas de navios; a implementação de uma aplicação de gestão de Shorex (excursões em terra) para a atividade com navios de cruzeiro; a implementação de uma plataforma digital de Gestão Ambiental da APRAM e a implementação de uma plataforma digital de Inventário de Emissões provenientes de navios nos principais portos da RAM.

X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O Relatório do Governo Societário foi elaborado de acordo com as instruções constantes na Circular n.º 2/SRF/UT/2026 e com o preconizado no RJSERAM no seu capítulo II "Princípios de governo societário". Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório de Gestão e Contas relativas ao exercício do ano de 2025.

X.I ANEXOS DO RGS

1. Ata da deliberação do conselho de administração de aprovação do RGS de 2025.
2. Evidências da apresentação aos respetivos destinatários das Declarações a que se refere o n.º 2 do artigo 52.º do RJSERAM.
3. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o nº 2 do artigo 52º do RJSERAM.
4. Ata da reunião da Assembleia Geral, onde foi aprovado, por parte do representante do titular da função acionista dos documentos de prestação de contas, incluindo o Relatório e Contas e o Relatório de Governo Societário, relativos ao exercício de 2025.

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aos 21 de abril de 2026.

O Conselho de Administração,

A Presidente, A Vogal,

(Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva) (Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa)

O Vogal Não Executivo,

(Rui Manuel Nóbrega Paixão)